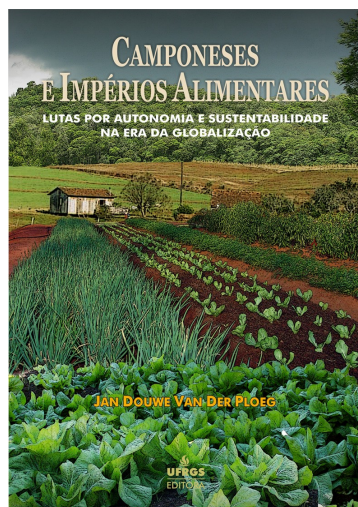


## Face aos Impérios Agro-alimentares: o princípio camponês<sup>1</sup>



### Jan Douwe Van der Ploeg **Camponeses e Impérios Alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**

Porto Alegre, Editora UFRGS,  
Nov. de 2008  
Série “Estudos Rurais”

O livro de Jan Douwe Van der Ploeg analisa a situação, o papel e o sentido da situação camponesa num contexto de globalização, em particular aquele dos « impérios » dos mercados agrícolas e das multinacionais da agroindústria. Defende a existência de uma condição camponesa caracterizada pela luta para a autonomia, mediante a autogestão de recursos compartilhados e de iniciativas associativas. Esta condição camponesa leva a adotar ou a adaptar um modo de produção camponês fundamentalmente diferente daquele da empresa agrícola ou do agronegócio (cf Ploeg, 2006).

A argumentação baseia-se em três estudos longitudinais (sobre 30 anos) no Peru, na Itália e nos Países Baixos, que oferecem um material original em situações contrastadas em matéria de desenvolvimento rural e de evolução das estruturas agrárias.

O autor mostra como as agriculturas familiares do Norte e do Sul confrontadas à dependência crescente de mercados globalizados adotam ou re-atualizam formas de resistência ou de distanciação da lógica produtivista e mercantil capitalista. Os novos impérios são, entre outros, as firmas transnacionais que praticam um capitalismo selvagem particularmente agressivo, inclusive nos países industrializados (ver as relações das grandes centrais de compra das redes de hipermercados com os agricultores) e predador de recursos naturais. Essas diferentes práticas de resistência caracterizam segundo o autor, um processo de reconstrução do *campesinato* ou de « *recampesinização* » (cf Ploeg, 2006), inclusive em países europeus industrializados, onde as sociedades camponesas tais como descritas pela antropologia (Wolf, 1966) ou pela sociologia (Mendras, 1976, 2000) têm desaparecido.

Por outra parte, Ploeg considera que esse processo constitui uma das alternativas as crises econômicas, sociais, alimentares e ecológicas as quais conduz inevitavelmente a globalização capitalista dos mercados e dos sistemas de produção agrícolas.

---

<sup>1</sup> Por [Eric Sabourin](#). Resenha publicada originalmente em francês na *Revue du Mauss Permanente*, 12/07/2008 : <http://journaldumauss.net/spip.php?article385>

As características dessa reconstrução camponesa que parece, à primeira vista, anacrônica ou paradoxal, provêm de vários fatores. Mas, o primeiro desses paradoxos é entender porque esse processo foi até hoje, quase ignorado pela ciência (p 34-35), como se fosse oculto (Martins, 2003) ou invisível (Sabourin, 2007a). O autor propõe várias explicações novas.

A primeira tem a ver com a assimilação rápida, mas apenas «virtual» do fato que a agricultura constitui um setor econômico igual aos demais (indústria, comércio) ignorando as análises de Polanyi (1957) sobre os impasses aos quais leva a mercantilização da terra e do trabalho.

Ploeg constata, pelo contrario:

- que existem limites a transição do modo de produção camponês para o modelo do empresário agrícola ligadas às diferenças essenciais (mas geralmente negadas ou ignoradas) entre a teoria econômica e as práticas impostas pela natureza tanto biológica como social e humana da atividade agropecuária.
- que tem uma contradição fundamental entre essas práticas e a identidade recente e frágil de empresário agrícola que leva a diversos vieses e distanciamentos com relação à teoria econômica da modernização ;
- o fato que esses vieses ou desvios, interpretados como imperfeições temporárias, sejam sistematicamente ignorados do ponto de vista teórico, levou a criar realidades virtuais e um modelo de agricultor virtual (Ploeg, 2003). Essas representações virtuais da realidade impedem adaptar as políticas públicas às situações reais e concretas, de tal maneira que em nada podem contribuir para desenvolver unidades de produção sustentáveis.

A segunda explicação reside nos limites ou nos equívocos dos « *peasant studies* » (p37) :

- pela separação artificial entre um sistema camponês de auto-subsistência « subdesenvolvido » e um sistema de empresas agrícolas ligado ao mercado capitalista considerado « desenvolvido », e a aplicação de teorias e conceitos diferentes quando os dois sistemas evoluem mediante uma articulação dinâmica e apresentam aspectos comuns;
- pela super-valorização do modelo da sociedade camponesa, esquecendo o estudo das práticas específicas ao modo de produção camponês (práticas técnicas, institucionais e simbólicas) (Ploeg, 2006) ;
- pela insistência dada a subordinação dos camponeses mais que às suas capacidades de resistência (Scott, 1976, 1986) e de organização, no Norte como no Sul ;
- pelas dificuldades da análise marxista como do enfoque neoclássico em integrar a capacidade de modernização do modo de produção camponês: adaptação à diversas categorias de mercados, mobilização de fontes de renda mediante atividades complementares e pluriatividade, valorização de atividades multidimensionais e multifuncionais (Losch 2004, Groupe Polanyi, 2008).
- pela dificuldade em apreender os sistemas camponeses como processos dinâmicos apresentando uma heterogeneidade, e, portanto diversos « graus de situação camponesa » (Caron e Sabourin, 2003).

Ploeg insiste na necessidade de uma definição positiva e substantiva dos camponeses em função « do que são » e não da “negação do que, definitivamente, não são ».

Propõe uma definição da condição camponesa, definida por seis características: uma relação de co-produção com a natureza (p 41) ; a construção e autogestão de uma base autônoma de recursos próprios (terra, fertilidade, trabalho, capital) (p 42) ; uma relação específica e diferenciada com mercados diversificados e o mundo exterior autorizando certa autonomia (pp 43-44); um projeto de sobrevivência e de resistência ligado a reprodução da unidade

familiar (p 46-47); a pluriatividade (Schneider, 2003); a cooperação e as relações de reciprocidade (p 67) (Sabourin, 2006 e 2007 a e b).

Portanto, é a expressão diversificada da natureza heterogênea dessa condição camponesa que conduz a diferentes tipos de modos de produção camponês, construídos em torno de características comuns: uma relação íntima com recursos naturais vivos, mas limitados (capital ecológico); a intensificação do trabalho e a valorização da ajuda mútua; um distanciamento institucionalizado das regras do mercado capitalista associado à capacidade de autonomia com relação ao mundo capitalista.

Mas o principal interesse do livro é que partindo dessa reflexão teórica e metodológica crítica, ao longo dos três casos, Ploeg consegue construir e ilustrar os fundamentos de um princípio camponês que vem sendo desenvolvido e enriquecido, aprofundando as bases teóricas iniciais. Este enriquecimento é possibilitado pelos estudos de caso extremamente documentados e trabalhados, pela riqueza do material analisado no tempo longo, em particular as práticas camponesas e os motivos ou justificações dessas práticas face ao sistema agro alimentar transnacional.

Esse princípio camponês corresponde a um projeto econômico e social rústico, mas robusto, porque moldado e validado por vários milênios de práticas e de resistências. Neste sentido, dá uma orientação a noção de condição camponesa: « A condição camponês a pressupõe a condição de agente para realizar a coreografia... Ela apenas se desenvolverá *progressivamente através de um envolvimento ativo e orientado para objetivos mais gerais... E através do princípio camponês que o campesinato deixa a sua marca na história agrária e rural – na criação de trajetórias futuras* ( p 301) ».

Ploeg opõe essa continuidade e resiliência dos sistemas camponeses à fragilidade e precariedade do sistema dos impérios agro-alimentares. Estes são sujeitos a falências espetaculares quando passam a depender mais dos mercados financeiros que da economia real e puxam assim, fornecedores, clientes e terceirizados na falência. Destroem valor em vez de agregar. Têm conseguido destruir, em poucas décadas, grande parte dos recursos naturais agrários e dos ecossistemas cultivados diversificados do nosso planeta. O autor mostra como a Parmalat, antes de quebrar, destruía também o valor do trabalho camponês e o valor agregado das cooperativas ou das agroindústrias de tamanho humano (pp. 118-19).

Esse princípio camponês está caracterizado por uma série de respostas dos agricultores associados à condição camponesa. A primeira é a capacidade de coordenação e de cooperação em matéria de resistência aos impérios (lutas coletivas, comunitárias, defesa de patrimônios naturais ou culturais comuns, cf Scott, 1976 e 1986) (p 289-90). Neste sentido os impérios provocam novas agressões e assim novas resistências que contribuem para a reconstrução de formas de *campesinato* pelas lutas, ao exemplo dos pequenos irrigantes de Piura no Peru ou dos Trabalhadores Sem Terra no Brasil (p 302). Em vários dos casos estudados, a resistência não se limita a defesa dos fatores de produção mas à relação simbólica e identitária com a terra, que, as vezes, para se perpetua deve usar de estratégias de contornamento, por meio da pluriatividade ou da migração.

O princípio camponês não se expressa apenas por estratégias defensivas, mas também pela criatividade. Entre as respostas novas ou modernas, o autor lembra as inovações tecnológicas de inspiração camponesa como a agro-ecologia ou de natureza institucional como as cooperativas territoriais da Frisa, as redes de sementes camponesas ou crioulas, as feiras cidadãs. São tantas iniciativas solidárias ou fundadas em relações de proximidade que dão

visibilidade aos camponeses. Valorizam o nome dos produtores como no caso dos dispositivos de qualificação dos produtos e criam fama, prestígio, ao contrário das estruturas dos impérios que os mantêm anônimos, ocultos, invisíveis e explorados (p 294).

O princípio camponês é também associado às performances do modo de produção camponês superiores àquelas das empresas agroindustriais em termos de eficiência do uso dos recursos (água, terra, trabalho), da relação natureza/sociedade, da qualidade dos produtos, da qualidade da vida, da capacidade de integração ou inclusão social (p 299 e seguintes).

Uma primeira síntese das características do projeto camponês para o terceiro milênio, rigorosamente apresentado por Ploeg ao longo dos três casos, remete invariavelmente para duas formas de relação: cooperação de um lado e reciprocidade (incluindo o compartilhamento de recursos) do outro. Essas formas de relação quando se tornam recorrentes, podem ser consideradas como estruturais sociais e econômicas típicas dos mundos camponeses.

Mas os estudos de caso fazem também referência a uma série de valores partilhados:

- valores partilhados comunitários a Catacaos (Peru) (p 81): unidade e inalienabilidade da comunidade, responsabilidades democráticas de todos os membros (turno de cargos), igualdade de direitos e deveres entre famílias, acesso a riqueza pelo trabalho, prioridade para a satisfação das necessidades elementares de todos, solidariedade de classe;
- valores partilhados na Frisa (Países Baixos) (p 214): força da comunidade, unidade entre homem e natureza, responsabilidade perante os recursos naturais do território e das gerações futuras, eficiência no uso dos recursos e qualidade dos produtos, confiança entre parceiros e resiliência da organização cooperativa, solidariedade, qualidade de vida e amizade : « *satisfação e alegria* » ou ainda valores estéticos: « *a beleza da prática agrícola* » (p 300).
- economia moral dos pequenos empresários agrícolas e dos camponeses de Parma (pp 134, 161, 184-185) : qualidade do trabalho bem feito, dos produtos, da vida, referência a tradição e ao saber fazer ancestral, respeito das normas, dos contratos (inclusive aqueles do mercado capitalista...)

Todos esses valores, mesmo se têm uma incidência direta sobre a produção, a circulação dos produtos e o bem-estar das famílias, são, também, valores morais, éticos ou afetivos.

Será que a diversidade dos lugares, da história, dos contextos sociopolíticos e das formas de *campesinato* permite estabelecer uma correlação entre a defesa desses valores éticos compartilhados e a natureza camponesa dos modos de produção? Qual seria o elemento comum?

Na minha leitura, esse elemento corresponde às relações sociais e econômicas estruturantes que podemos encontrar atrás desses valores.

Se examinamos as propostas recentes da teoria da dádiva e da reciprocidade (Scubla, 1985 ; Temple, 1998 e 2003, Godbout, 2004 e 2007), existe de fato, uma correspondência entre o tipo de relação de reciprocidade (ajuda mútua, compartilhamento, partilha de recursos, transferências de saberes ou de patrimônio), as estruturas onde se desenvolvem essas relações (grupos interfamiliares, comunidades, associações ou cooperativas, mercados de proximidade

e de reciprocidade, controle social de cadeias curtas) e a natureza dos valores éticos que se encontram associados...

A questão que é também colocada pela noção de capital social (e da sua origem) é precisamente de saber de onde provêm esses valores que E Ostrom (1998, 2003, 2005), qualifica de “*atributos dos grupos de atores*” ...; são atribuídos como e por quem ?

De acordo com a teoria da reciprocidade esses valores éticos não são dados, culturalmente ou caídos do céu. São construídos socialmente e politicamente na medida em que são gerados e reproduzidos por certas relações e formas de reciprocidade: as relações de reciprocidade simétricas (equilibradas ou balanceadas, em oposição às relações de reciprocidade assimétricas).

Essas relações se desenvolvem mediante estruturas que podem ser binárias e bilaterais (compadrio, ajuda mútua), ternárias e unilaterais (transmissão de patrimônio entre gerações), ternárias e bilaterais (compartilhamento de recursos e de responsabilidades).

Encontramos também estruturas de reciprocidade generalizada e multilateral (Gardin, 2006) no caso dos mercados de reciprocidade (típicos dos sistemas andinos ou africanos) onde a formação dos preços ou das equivalências entre produtos é socialmente controlada em função das necessidades e possibilidades da comunidade.

Se essas relações de reciprocidade têm se perpetuado ou foram reconstruídas ou atualizadas pelos camponeses ao longo de séculos, sem dúvida, é porque eles atribuem certa importância aos valores éticos que elas geram, ao lado de valores instrumentais materiais ou imateriais. No mínimo esses valores humanos éticos e afetivos contribuem para reproduzir os ciclos de reciprocidade. Mas pode-se considerar também que as comunidades camponesas defendem em torno desses valores, um projeto econômico, um projeto de vida e de produção que não pode ser dissociado de um projeto social e humano.

É precisamente a este tipo de aprofundamento da noção de « principio camponês » que convida o autor na conclusão do livro. Para Ploeg, o principio camponês deve ser considerado como a *capacidade da condição camponesa (a) se projetar no futuro*, quer dizer, capacidade de defender valores materiais, mais também éticos e morais, de defender um projeto de vida e de sociedade.

Entre as características do principio camponês o autor qualifica de *mecanismos de conversão alternativos* (p 295) dispositivos que permitem aos camponeses (e aos consumidores) por meio de relações de reciprocidade, evitar recorrer ao mercado de intercâmbio capitalista no qual os impérios transformam todo bem e toda relação em valor de troca mercantil.

A expressão *mecanismo de conversão* toma tudo seu sentido em relação à teoria da reciprocidade. Corresponde a dois principais tipos de dispositivos. De um lado encontramos mecanismos fundados em relações de reciprocidade simétrica (ajuda mútua, compartilhamento de recursos, mutualização de serviços) que associam à produção ou à circulação de valores materiais, a produção de valores éticos. Do outro lado aparecem dispositivos « de conversão » ou de interface que permitem uma articulação entre o sistema de intercâmbio mercantil e o sistema de reciprocidade. É o caso da venda direta de produtos na fazenda ou nas feiras dos produtores (relação comercial, mas também relação física e humana direta entre produtores e consumidores). É aquele da qualificação dos produtos (que protege da concorrência do sistema de intercâmbio capitalista e cria identidade local, territorial ou patrimonial) ou ainda das formas híbridas que combinam relações de intercâmbio mercantil relações de reciprocidade como o movimento Slow Food (p 296).

Em conclusão, entre as principais contribuições do livro de Ploeg, mencionaria três elementos chaves:

- a crítica dos « *peasant studies* » mostra que o fim das sociedades camponesas não significa automaticamente o fim dos camponeses e a sua transformação em empresários agrícolas familiares capitalistas, no Norte como no Sul. Para fazer outro paralelo com categorias marxistas, da mesma maneira, o índio das comunidades campesinas dos Andes que migrou para as *barriadas* de Lima, ou o indígena amazônico que vem morar em São Paulo, não se transformam tampouco assim de imediato, em proletários mobilizados na luta de classes.

- A idéia que sistemas camponeses e sistemas empresariais capitalistas evoluem juntos e segundo uma articulação dialética. A construção da noção de condição camponesa e a atualização ao contexto do terceiro milênio, do modo de produção camponês, oferecem uma antítese ao modelo do império agro-alimentar: «*Terá a Parmalat alguma vez produzido valor?* » (p 116)

- O conceito de « princípio camponês » permite dialogar com outras categorias sócio-antropológicas, entre elas, com o princípio de reciprocidade (no seu sentido de lógica ou princípio econômico e social). Acontece, por exemplo, com a identificação recorrente nos três casos estudados de relações de reciprocidade simétrica (ajuda mútua, compartilhamento de recursos) associadas à produção de valores humanos éticos compartilhados (amizade, confiança, justiça, responsabilidade...).

Finalmente, devo agregar que, no que toca à forma e ao estilo, este livro está escrito, e se lê, como uma novela histórica e social. Cada capítulo conta uma história; uma história de camponeses, de empresários e de empresas, com uma análise ilustrada por numerosos dados e diversas testemunhas de atores.

Brasília, outubro de 2008

Eric Sabourin, CIRAD, UPR Politiques et marchés - UnB – Centro de Desenvolvimento Sustentável, [sabourin@cirad.fr](mailto:sabourin@cirad.fr)

## Referências

- Caron P. Sabourin E. 2003, Camponeses do Sertão : Mutações das agriculturas familiares no Nordeste do Brasil, Brasília, Embrapa ,Cirad, 243p.
- Gardin, L. 2006, Les initiatives solidaires. La réciprocité face au marché et à l'Etat, Eres, Paris, 190p.
- Godbout J. T, 2004. De la continuité du don, *La Revue du MAUSS*, 23 (1): 224-241
- Godbout T. J. 2007. Ce qui circule entre nous, Paris, le Seuil, 395p.
- Groupe Polanyi (dir), 2008 La Multifonctionnalité de l'agriculture : une dialectique entre marché et identité, Versailles, Quae Editions, in press
- Losch, B. 2004. Debating the multifunctionality of agriculture: from trade negotiation to development policies by the south. *Journal of Agrarian Change*, vol 4 (3) : 336-360,
- Martins, J de S. 2003, O sujeito oculto: ordem e transgressão na reforma agrária. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 240p.
- Mendras, H. 1976. Les sociétés paysannes. Eléments pour une théorie de la paysannerie. Paris, Armand Colin, 281p
- Mendras H. 2000 L'invention de la paysannerie in *Revue Française de Sociologie*, 41-3, 539-552.
- Ostrom E. 1998. A behavioural approach to the rational-choice theory of collective action, *American Political Science Review* 92:1-22.

- Ostrom, E. 2003. Toward a Behavioral Theory Linking Trust, Reciprocity and Reputation in E. Ostrom & Walker (ed.) *Trust and Reciprocity: Interdisciplinary Lessons for Experimental Research*, New York: Russell Sage Foundation, pp 19-78, 2003, Chapter 2
- Ostrom, E. 2005, Understanding Institutional Diversity, Princeton, Princeton University Press, 2005, 355p.
- Ploeg J.D. Van der, 2003. The Virtual Farmer: past, present and future of the Dutch peasantry. Royal Van Gorcum, Assen.
- \_\_\_\_\_ 2006. O modo de produção camponês revisitado in A diversidade a Agricultura Familiar, Sergio Schneider (org.) Porto Alegre, Editora da UFRGS, pp 13-54.
- Polanyi K., 1944. A Grande Transformação - as origens de nossa época. Rio de Janeiro, Editora Campus Ltda, 1980 [1944].
- Sabourin, E. 2007a Paysans du Brésil entre échange marchand et réciprocité, Versailles, Quae
- \_\_\_\_\_ 2007b Que política pública para a agricultura familiar no segundo governo Lula?. *Sociedade e Estado.*, set./dez. 2007, vol.22, no.3, p.715-751.
- \_\_\_\_\_ 2006 Práticas sociais, políticas públicas e valores humanos in A diversidade a Agricultura Familiar, Sergio Schneider (org.) Porto Alegre, Ed UFRGS, pp 215-239.
- Schneider S. 2003, Pluriatividade na agricultura familiar, Porto Alegre: Editora UFRGS.
- \_\_\_\_\_ (org.) 2006, A diversidade agricultura familiar, Porto Alegre: Editora UFRGS, 207p
- Scott, J. C. 1976 The Moral Economy of the Peasant. Rebellion and subsistence in southeast Asia. New Haven. Yale University.
- \_\_\_\_\_ 1986 Everyday forms of Peasant Resistance, *Journal of Peasant Studies*, Vol.13, no.2,
- Scubla L., 1985, Logiques de la réciprocité. Paris, Ecole Polytechnique, Cahiers du CREA n°6, 283p.
- Temple D., 2003. Teoría de la Reciprocidad. Tomo I: La reciprocidad y el nacimiento de los valores humanos. 240p; Tomo II : La economía de reciprocidad, 306p. PADEP-GTZ, La Paz, Bolivia:
- \_\_\_\_\_ 1998, Les structures élémentaires de réciprocité, *Revue du Mauss* n° 12, pp 110-121
- Wolf E. 1966, Peasants, Prentice hall, Englewood Cliffs. New Jersey